



RAQUEL CAPARROZ CICONI RAMOS<sup>1</sup>  
MARINA BATTISTETTI FESTOZO<sup>2</sup>

# PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS NO AMBIENTE ESCOLAR: A CONTRIBUIÇÃO DAS ASSEMBLEIAS NO COTIDIANO DISCENTE E DOCENTE

*DEMOCRATIC PRACTICES IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: THE CONTRIBUTION OF  
ASSEMBLIES TO THE DAILY LIFE OF STUDENTS AND TEACHERS*

ARTIGO 9

73-89

---

<sup>1</sup> Instituto Federal Catarinense (IFC). [quel.cap@gmail.com](mailto:quel.cap@gmail.com).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Lavras. [marina.festozo@ufla.br](mailto:marina.festozo@ufla.br).

**Resumo:** O artigo discute a importância das assembleias escolares na promoção de práticas democráticas dentro do ambiente escolar, enfatizando a participação dos alunos nos processos decisórios. Tem como objetivo compreender o papel das assembleias escolares na formação moral e ética dos alunos. Historicamente, a educação brasileira passou por diferentes paradigmas, desde a pedagogia tradicional, que centralizava o saber nas figuras de professores e diretores, até a Escola Nova, que buscava maior participação do aluno. Entretanto, a Pedagogia Histórico-Crítica propõe um equilíbrio entre a valorização dos saberes dos alunos e a mediação docente. A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de Ensino Fundamental I na cidade de Bertioga (SP), onde as assembleias foram utilizadas como ferramenta de descentralização. A metodologia incluiu observações e entrevistas com alunos, professores, pais e funcionários, resultando em uma compreensão profunda da participação discente e da construção de uma educação democrática. Os resultados indicaram que as assembleias não apenas ajudaram na resolução de conflitos, mas também promoveram a autoestima dos alunos, melhoraram o ambiente escolar e contribuíram para uma gestão democrática. Apesar dos desafios, o estudo evidencia que a democratização da escola é um processo contínuo, que requer o envolvimento de todos os atores da comunidade escolar e esta prática perpassa o tempo, pois permanece atual.

**Palavras-chave:** Participação Estudantil. Educação Democrática. Pedagogia Histórico-Crítica. Gestão Democrática. Conflitos Escolares.

**Abstract:** The article discusses the importance of school assemblies in promoting democratic practices within the school environment, emphasizing student participation in decision-making processes. It aims to understand the role of school assemblies in the moral and ethical development of students. Historically, Brazilian education has undergone different paradigms, from traditional pedagogy, which centralized knowledge in the figures of teachers and principals, to the New School, which sought greater student involvement. However, Historical-Critical Pedagogy proposes a balance between valuing students' knowledge and teacher mediation. The research was conducted in a municipal Elementary School in Bertioga (SP), where assemblies were used as a decentralization tool. The methodology included observations and interviews with students, teachers, parents, and staff, resulting in a deep understanding of student participation and the construction of a democratic education. The results indicated that the assemblies not only helped in conflict resolution but also promoted students' self-esteem, improved the school environment, and contributed to democratic management. Despite the challenges, the study highlights that the democratization of schools is an ongoing process that requires the involvement of all members of the school community.

**Keywords:** Student Participation. Democratic Education. Historical-Critical Pedagogy. Democratic Management. School Conflicts.

## INTRODUÇÃO

Para discutir a atuação dos estudantes nos processos decisórios dentro do ambiente escolar, é imprescindível considerar também os fundamentos pedagógicos que sustentam tais práticas. A educação brasileira, ao longo da história, tem sido marcada por diferentes concepções teóricas e metodológicas, como a pedagogia tradicional e a pedagogia da Escola Nova. Enquanto a pedagogia tradicional centralizava o saber e o poder nas figuras do professor e do diretor, afastando os estudantes das decisões pedagógicas e administrativas, a Escola Nova rompeu com essa lógica autoritária ao propor uma metodologia centrada na atividade do educando, buscando sua participação mais efetiva no processo de aprendizagem.

Entretanto, conforme aponta Saviani (1999), embora a Escola Nova tenha trazido contribuições importantes ao valorizar a experiência do aluno, sua ênfase excessiva na metodologia ativa acabou por minimizar o papel da mediação docente e a importância do ensino sistematizado dos conteúdos escolares. Nesse sentido, a Pedagogia Histórico-Crítica emerge como uma proposta mais equilibrada, ao considerar tanto a valorização do aluno e de seus saberes quanto a responsabilidade do professor na condução do processo de ensino-aprendizagem. Tal pedagogia, segundo Saviani (1999), fundamenta-se em princípios democráticos e na ideia de que a escola deve proporcionar ao estudante o acesso ao conhecimento sistematizado, historicamente produzido pela humanidade.

É nessa perspectiva que a participação discente ganha centralidade, não apenas como expressão de cidadania, mas como elemento constitutivo de uma educação verdadeiramente democrática. A atuação dos estudantes na vida escolar está intrinsecamente relacionada à luta histórica por direitos e por transformações sociais. No Brasil, os movimentos estudantis começaram a se organizar formalmente com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, por meio da articulação de centros acadêmicos nas instituições de ensino superior (Martins, 2009). Mesmo durante o regime militar instaurado em 1964, quando foram promulgadas leis que proibiam a organização de estudantes, a resistência persistiu. Estudantes continuaram mobilizados em defesa da democracia e por uma sociedade mais justa e igualitária, contrariando as imposições autoritárias do período (Cunha, 2000).

A história dos movimentos estudantis evidencia,

portanto, que a luta por uma escola democrática e por uma sociedade emancipada é contínua e profundamente enraizada na cultura política brasileira. A efetiva democratização da escola passa, necessariamente, pela escuta ativa dos sujeitos que a compõem — especialmente os estudantes —, e pela construção coletiva de práticas pedagógicas que articulem participação, criticidade e compromisso com a transformação social.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Desde os tempos primórdios o homem tem participado em vários tipos de grupos, clãs e todo meio que lhe foram apresentado de convivência. Participar faz parte da necessidade que o homem tem de socializar-se e fazer parte do lugar ou grupo em que está inserido. Participar seria, desta forma, a palavra no processo de elaboração das mudanças nessa unidade escolar e por esse motivo foi também necessário definir o que vem a ser “participar”. (Bordenave; Dias, 1985, p.16) traz “a participação não é somente um instrumento para a solução de problemas, mas sobretudo uma necessidade fundamental do ser humano como são a comida, o sono e a saúde”. Diante desse pensamento, com inquietações diversas e conflitos que surgiam diariamente em sala, a questão da participação foi considerada como forma de interação e resolução de conflitos, desde o início neste estudo. Primeiramente a participação dos alunos ocorreu de maneira prática, em sala de aula, por meio do “dia semanal da conversa”, onde os alunos podiam desabafar e conversar sobre tudo que os afligia, tanto no quesito escola (administração), quanto ao relacionamento deles mesmos, ou até mesmo questões familiares que constantemente surgiam.

Todo esse trabalho surtiu um efeito grandemente satisfatório, pois as crianças mostravam-se, a partir dali mais interessadas e confiantes, demonstrando que elas precisavam ser escutadas e respeitadas. Foi discutida em sala a criação de conselheiros, lido o estatuto da criança, direitos e deveres de estudantes e debatida a criação de um grêmio estudantil, tamanha era a satisfação dessa turma outrora tão desestimulada.

Em paralelo, também considerando a participação como questão central, nas conversas e entrevistas com os professores, foi possível observar que o que os afligia era a falta de participação desses alunos nas decisões da escola e a falta de responsabilidade dos mesmos nesse espaço.

Logo, o próximo passo foi levar a discussão para os professores, em Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo

(HTPC), apresentando o exemplo que havíamos implantado de discussões diárias, pensando na possibilidade da criação de um grêmio estudantil ou da implantação das assembleias escolares.

A turma que deu “*start*” a esta pesquisa era composta por alunos selecionados pela grande dificuldade de aprendizagem, com idade avançada para série, baixa autoestima, extremamente agressivos e desacreditados em suas capacidades de aprender, tanto por parte de professores anteriores, como por toda situação familiar/social que vivenciavam. Apesar da não aceitação inicialmente por alguns representantes do grupo de docentes, a necessidade de mudança no comportamento dos alunos tinha urgência em ser transformada e isso pôde ser melhor revelado durante as entrevistas individuais com colegas. Durante as entrevistas, professores relatavam atitudes de alunos como: grupo de crianças quebrando galhos de árvores dentro e fora da escola, pichações diárias nos banheiros e que eram motivo de piada, desrespeito constante dos alunos entre eles ou com os funcionários, crianças juntando-se para atacar e matar ninhos de quero-quero que viviam na escola, dentre outras situações. Estes mesmos profissionais questionavam-se “*até que ponto iremos chegar?*”, “*Isto seria maldade, desinformação ou falta de participação e responsabilidade?*”

Neste mesmo período, , foi realizada uma pesquisa pelos alunos desde o quinto ano com a participação dos pais, nesta pesquisa as questões respondidas foram:

*Para você:*

- 1- *O que significa democracia?*
- 2- *O que é participar?*

O que se pôde observar foi que, dentre trinta e uma famílias pesquisadas, somente três conseguiram explicar com suas palavras as duas definições de forma que se aproximassem do significado real, algumas recorreram ao dicionário ou pesquisas na internet para obter o significado e a maioria declarou não saber ou escreveram um significado sem sentido. Foi possível perceber, desta forma que a maioria das famílias não tinha o conhecimento sobre o assunto e nunca haviam pensado sobre o assunto. Assim sendo, percebemos que era preciso, então, agir no sentido de estudar e informar as famílias quanto aos conceitos de democracia e participação.

Assim, mesmo após certa resistência inicial, o grupo de docentes, junto com a equipe pedagógica da escola, debruçou-se nos estudos sobre as assembleias que traduziam os anseios desses profissionais, o que não era unânime, pois alguns dos professores julgaram, de início, algo irreal não eficaz. Estes estudos iniciais foram realizados duas vezes por semana em horários de HTPC. Em comum acordo, o grupo decidiu que somente o estudo entre professores e equipe pedagógica não seria mesmo eficaz, pois seriam necessários o entendimento e a participação de todos que, de algum modo, pudessem abraçar a causa, portanto, em reuniões coletivas o assunto foi abordado e discutido com toda equipe administrativa, com todos os funcionários da unidade, onde fora apresentado o vídeo sobre assembleias do curso de Escola Virtual de Cidadania (EVC), realizadas leituras e discussões sobre toda a construção desse processo.

Nesse ponto, tornou-se necessário que todos os envolvidos estivessem conscientes de seus papéis e que soubessem o quão complexo seria este trabalho e que envolveriam mudanças em todo âmbito escolar. À luz dos estudos de Araújo (2008), que afirma importância da educação baseada em propostas de resolução de conflitos, em busca de melhorar o convívio social e criar bases para construção de uma sociedade mais justa, democrática e sensível em relação às relações humanas; surgiu a proposta do estudo das assembleias escolares que foram institucionalizadas nesta EMEIF no início do ano 2012 (dois mil e doze).

Refletindo sobre esta proposta de democratização do espaço escolar para ser estudada e praticada, considera-se a afirmação de Paro (2013, p. 200, 201):

*Para qualquer política pública comprometida com a democratização da escola fundamental, a consideração dessas questões deve reforçar a convicção de que elas merecem uma reflexão profunda de modo a subsidiarem a proposição de medidas e a criação de mecanismos institucionais que garantam e estimulem a participação autônoma das crianças nos assuntos que dizem respeito a sua educação escolar.*

Transpondo este conceito, é possível afirmarmos que a comunicação e o diálogo são peças fundamentais para o exercício dessa participação dentro do dia a dia da escola, os alunos têm a necessidade de interagir uns com os outros, devem dar suas opiniões e aprender a falar, expor seus conflitos e anseios para que estes possam ser solucionados no dia a dia e para que aprendam que não é por meio da violência e da destruição que os casos se resolvem. Tudo isso havia sido observado nesta EMEIF durante a pesquisa

A tomada de consciência fazia-se fundamental para intermediar tudo aquilo que os rodeavam e que se tornavam responsáveis diretos. Fazia parte do bom andamento e funcionamento daquele lugar. Os alunos têm o direito de serem informados sobre tudo o que lhes diz respeito, os diálogos sobre os seres que se integram como família, escola, colegas, regras, natureza. Nesta concepção, as reflexões devem ser constantes para que se abram as dúvidas e esclareçam os conflitos. Paro (2013, p 198), em uma reflexão sobre autonomia no ensino fundamental traz a necessidade de haver uma verdadeira educação, pois sem ela não se consegue a autonomia do educando, e se ele não se faz autônomo, isto é, alguém que se governa por si mesmo. Corroborando, Araújo (2008, p. 12) afirma:

Não menos importante é salientarmos que errado seria pensar que incentivando a participação destes pais e alunos da escola, todos os problemas seriam resolvidos e a paz seria instalada naquele lugar. O que se deve buscar é uma maneira mais evoluída de lidar com todos os conflitos para tentar a melhor solução, nem que seja por meio de várias tentativas diferentes.

Outra questão também observada nesta pesquisa foi que muitas vezes, quando os conflitos não eram resolvidos em primeira instância, logo depois de tomadas as decisões nas assembleias, era comum ouvir, principalmente de adultos, comentários negativos. Era mais fácil para algumas pessoas enxergarem o que não havia dado certo, do que verem todos os pontos positivos de mudanças, estas precisavam ser convencidas diariamente que a assembleia se constituía de um processo e que diversas tentativas faziam parte dele.

Durante todo o desenvolvimento do processo participativo na escola, foi notória a dificuldade de muitos adultos darem ouvidos às crianças, saberem o que tinham

a dizer, a imposição de ordens, principalmente da equipe gestora era constante. Admitir os erros era mais fácil para as crianças que para os adultos, além disso, admitir que as ações pontuadas e discutidas durante as assembleias estavam obtendo resultados positivos e significativos não foi tarefa árdua para alguns participantes que outrora criticaram a ação, pois, como já foi aqui discutido, a participação não gera a paz eterna, ela muitas vezes é geradora de novos conflitos e que somente participando se aprende a participar.

Um exemplo resolução obtida por meio de assembleia geral foi quanto às pichações que ocorriam constantemente nos banheiros da escola. Nesta assembleia em questão ficou pelo grupo decidido que os alunos precisavam fazer mutirões e elaborar cartazes criativos alertando e informando sobre a importância de cuidar da escola, uma campanha pelo cuidado e limpeza dos banheiros. Passadas duas semanas, com os cartazes já afixados, o banheiro mais uma vez foi pichado e imediatamente a gestora desta unidade escolar em questão foi questionar os alunos do quinto ano aqui já citado (os quais deram início a este trabalho e empenhavam-se muito para que tudo desse certo) sobre o não cumprimento do que havia sido combinado, citou inclusive que *“sendo assim, seria melhor que as assembleias acabassem, pois não havia dado certo”*.

Tão grande foi sua surpresa que um dos alunos mais rotulados como “problemático”, com muita educação esperou que a mesma terminasse sua colocação e respondeu: *“Tudo isso faz parte da nossa aprendizagem, a escola não vai ficar ótima de um dia para o outro, nós temos que tentar e se não der certo, discutir e pensar em outra forma, mas nós aqui na sala já conversamos e vimos que as pichações já melhoraram”*.

Observando esse caso, concluímos o quanto é difícil admitirmos as pequenas mudanças e dar tempo para o amadurecimento através do protagonismo das crianças. Na detenção do poder muito mais fácil é a imposição de regras, mesmo que estas não funcionem. Freire (2001, p 36) também discorre sobre esse aspecto:

Ao educador democrata lhe cabe também ensinar, mas, para ele ou ela, ensinar não é este ato mecânico de transferir aos educandos o perfil do conceito do objeto. Ensinar é sobretudo tornar possível aos educandos que, epistemologicamente curiosos, vão se apropriando da significação profunda do objeto somente como, apreendendo-o, podem aprendê-lo. Ensinar e aprender para o educador progressista coerente são momentos do processo maior de conhecer.

Por isso mesmo, envolvem busca, viva curiosidade, equívoco, acerto, erro, serenidade, rigorosidade, sofrimento, tenacidade, mas também satisfação, prazer, alegria.

O que segue abaixo foi um texto pedido pela professora do quinto ano (iniciadores do projeto) após sete meses de implantação das assembleias. O texto foi escrito com intuito de resumir o que as assembleias representavam para suas vidas e para escola. Foi apresentado pelo grupo na culminância do projeto ATITUDE AMBIENTAL que a escola também estava engajada. A professora serviu de escriba de tudo que era elaborado pela turma sem nenhum tipo de intervenção quanto ao conteúdo.

## A PAZ DO MUNDO COMEÇA EM VOCÊ

*Este projeto iniciou por que na escola tínhamos muitos problemas e conflitos entre os alunos além da destruição de banheiros, salas, jardins, etc. Alunos e professores chegaram em um acordo de tentarem resolver esses problemas em conjunto e surgiu então a ideia das assembleias. Começamos com as assembleias de classe que acontecem de quinze em quinze dias e todos os conflitos que não conseguimos resolver entre nós, levamos para as assembleias gerais. Além das assembleias gerais e de classe temos a dos pais, professores e funcionários, que discutem tudo de importante para nós. Depois das assembleias a escola não ficou perfeita, mas conseguimos melhorar muitas coisas como pichações, vandalismo, bullying, brigas, corre-corre, desrespeito entre nós e os adultos, entre outros. Tornamo-nos mais educados, aprendemos a dar valor para o lugar e as pessoas que convivemos e sermos responsáveis por tudo que fazemos e falamos.*  
**Alunos do 5º ano B- 03/09/2012**

Diante este relato observamos que as crianças participantes desse processo têm real entendimento que é um caminho de aprendizagem onde erros e acertos fazem parte e conseguem reconhecer as melhorias que esta ferramenta trouxe. Sobre isso, Freire (2001, p 40) diz: “Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tornamos parte”.

Deixar que a criança experimente, discuta, reivindique, questione, pense sobre os assuntos faz parte da formação do seu caráter, de seus valores e de suas experiências que dirão boa parte de seu futuro. O ser humano não nasce participando, ele precisa experimentar e tomar gosto. Ainda Freire (2001, p 43) afirma que:

Uma das condições necessárias para que nos tornemos um intelectual que não teme a mudança é a percepção e a aceitação de que não há vida na imobilidade. De que não há progresso na estagnação. De que, se sou, na verdade, social e politicamente responsável, não posso me acomodar às estruturas injustas da sociedade. Não posso, traindo a vida, bendizê-las.

Este é somente um dos contextos em que Freire contribui para refletirmos sobre a postura crítica que o professor deve lutar em relação à transformação social e à responsabilidade ética do intelectual de seus estudantes. Neste viés de pensamento, observando a formação de nossos estudantes na atualidade, levantamos a relevância destes estudos ainda hoje.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa concretizou-se em uma escola municipal de Ensino Fundamental I na cidade de Bertioga (SP). A escolha se deu por tratar-se de uma escola de periferia da cidade onde acontecia um projeto de aceleração com alunos fora da idade/ série que apresentavam dificuldades de aprendizagem e comportamento agressivo. Durante a pesquisa foram realizadas entrevistas e observações com alunos, professores, equipe de gestão, funcionários e pais durante o dia a dia da escola. As entrevistas diretas foram voltadas aos docentes diante consentimento. Quanto aos alunos e demais participantes, a pesquisa se deu por meio de observação diante ao trabalho das assembleias escolares nesse espaço. A técnica escolhida foi a de observação participante, a qual possibilitou aos pesquisadores graus diferentes de observação da integração do grupo. Avaliou-se esta técnica como apropriada

por tratar-se devido ao contato direto com o grupo, pois este tipo de trabalho requer um certo tempo e envolvimento além de apresentar-se mais flexível para a coleta e a entendimento da realidade estudada. Observação participante é considerada uma técnica de investigação social em que o observador tem a possibilidade de captar, os interesses de um grupo de pessoas ou de uma comunidade. Nesta técnica o observador não só tem a função de observar como também pode utilizar-se de entrevistas entre outras. O objetivo principal é a utilização deste método para a compreensão das experiências dos sujeitos em questão. Marietto (2018) traz como um dos objetivos da observação participante a obtenção e compreensão profundas de um tema ou situação particular estudada em um grupo por meio dos significados atribuídos ao fenômeno pelos indivíduos que o vivem e experimentam.

Esta pesquisa observou o trabalho de aproximadamente dezoito meses em uma escola municipal de educação infantil e ensino fundamental I nesta cidade do litoral paulista que utilizou como ferramenta de descentralização as assembleias escolares, as quais foram divididas entre assembleias de classe (aconteciam quinzenalmente, separadamente, nas salas), assembleias gerais (onde eram levados e discutidos pelos representantes de salas os problemas não solucionados com os gestores, funcionários e demais colegas, estas aconteciam bimestralmente), assembleias de funcionários (aconteciam em reuniões coletivas bimestralmente) e assembleias de pais (aconteciam bimestralmente em reuniões de pais e mestres).

Ainda em tempo é importante destacar que, apesar desta prática ter sido aplicada há mais de 10 anos, o tema continua relevante na área, mesmo com o passar do tempo, visto que este tema traz um problema persistente na educação e resultados podem ser aplicados a novas situações ou contextos que surgem em sala de aula ainda hoje.

O objetivo geral deste trabalho é compreender o papel das assembleias escolares na formação moral e ética dos alunos. De forma específica, busca-se observar como essa prática pode influenciar na resolução de problemas e conflitos; compreender as possibilidades de aprimoramento da aprendizagem e da autoestima a partir da construção de valores democráticos; e verificar a possibilidade dessa prática como contribuinte para uma **gestão democrática**.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### O processo de institucionalização da participação nas escolas da atualidade

Vivemos um tempo de muitas e rápidas mudanças desde as décadas de 80 e 90, pensando na questão mundial, tanto na economia, na sociedade e também na questão cultural. Com a globalização da economia e o intercâmbio entre os povos, que atualmente acontece quase instantaneamente, através das novas tecnologias da comunicação. Tantas informações foram provocadoras de uma nova ação do governo pensando na organização de novas políticas públicas, repassando a responsabilidade e o poder que antes vinham única e exclusivamente do Estado, para serem compartilhadas agora com as comunidades locais. Pode-se dizer, desta forma que vivemos um movimento de descentralização. Na educação, na mesma toada deste movimento, o processo vem sendo chamado de descentralização da gestão escolar, muito destacada em diversos documentos que são amparados desde a LDB, ou em cursos de formação e palestras que envolvem esta área.

Atualmente temos no Brasil a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é um documento de caráter normativo que estabelece um conjunto de aprendizagens essenciais aos alunos da Educação Básica (BRASIL, 2018). Com intuito de orientar a prática de gestão democrática nas escolas, o Ministério da Educação (MEC), juntamente com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Movimento Pela Base Nacional Comum, elaborou um Guia para Gestores Escolares (MEC, 2019) em que são dadas orientações para formação continuada e revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) à luz dos novos currículos. A equipe gestora da escola deve liderar a revisão dos PPPs. Além disso, para gerar engajamento de toda a comunidade escolar na implementação dos novos currículos, o PPP deve ser construído de maneira democrática e participativa.

Em outras palavras, é preciso dialogar e dar vez e voz a todos os atores: professores, auxiliares, demais funcionários da escola, estudantes e suas representações, famílias, responsáveis e comunidade do entorno em geral (MEC, 2019, p. 9).

Esta transposição de responsabilidades vem sendo implementada pelo Ministério da Educação através de

políticas públicas que efetivam o caráter de descentralização e municipalização do ensino, ações estas que tentam imprimir uma finalidade de dinamização e implementação da gestão democrática nas redes de ensino, associando as “Preocupações como avaliação dos resultados, busca de eficiência, redefinição de papéis e uma preocupação mais acentuada com a autonomia e fortalecimento da escola” (Amaral Sobrinho, 2001, p. 3 apud Sousa, 2000, p. 13). Refletindo sobre todo esse movimento observamos então, como isso tudo tem se dado na prática em nossas unidades escolares:

*O que se entende por gestão democrática na educação na teoria e na prática? Como essa tendência está sendo vivenciada nas escolas? Quais ferramentas podemos utilizar para criar diferentes formas de descentralização e autonomia nas escolas? Quais são os desafios, as dificuldades que precisamos enfrentar, considerando toda a formação e a tradição autoritária e centralizadora, comum em tantos países, dentre eles o Brasil (questões que já foram trazidas outrora neste trabalho) Como contribuir para tornar os alunos realmente participativos, de forma que sejam protagonistas das decisões e responsabilidades da escola?*

Aqui estão algumas preocupações relevantes para que a participação de alunos, pais e equipe sejam ferramenta na construção de uma gestão democrática, discutindo problemas, necessidades e responsabilidades dentro da educação e criando autonomia dos mesmos. Vamos discutir aqui cada um desses tópicos com o objetivo de tentar compreender como isso pode acontecer na prática nos tempos atuais.

## GESTÃO DEMOCRÁTICA

Félix e Scheffer (2022, p 15) trazem em um estudo sobre a Gestão democrática na escola pública observando as leis nacionais, a importância do caminho democrático. Neste citam que este caminho... “torna-se, por certo, a maior provocação no que se refere à manutenção dos

espaços dialógicos e de coletividade no ambiente escolar”.

Todo esse processo é buscado e pensado por algumas equipes e, para que se torne realidade dentro das unidades escolares, algumas ferramentas são necessárias, mas infelizmente, o que ainda, atualmente vemos é o receio em perder o controle do poder por alguns gestores que se encontram à frente de escolas. O caminho de descentralização, apesar de mostrar-se perfeito em toda sua teoria é extremamente trabalhoso, é na verdade uma meta que deve ser alcançada, como uma semente que depois de plantada, precisa ser regada diariamente, dentro do sistema antiquado que temos ainda nas escolas.

Como já trouxemos aqui, “a cara” de nossas escolas vem mudando, ou ao menos temos refletido sobre estas mudanças. Atualmente, temos uma clientela que outrora era excluída de nossas unidades por não fazerem parte da classe social mais elevada, por terem, muitas vezes, que trabalhar para ajudar sua família a garantir o sustento de sua casa. Por outro lado, as mudanças, na maioria das vezes, não se mostram fáceis de serem implementadas, tanto quando se fala de docentes, pais e direção. Na verdade, muitas vezes, o que pudemos perceber através da observação de nossa prática com as assembleias foi que os alunos, que são colocados muitas vezes como problemáticos e difíceis de lidar, apresentam-se em muitos dos casos, como adaptáveis às mudanças, as questões são incorporadas mais facilmente por eles que passam a fazer parte desse processo de descentralização com naturalidade, moldam-se às mudanças e dificuldades encontradas no dia a dia, atuam mais frente aos combinados e, inclusive, cobram mudanças do restante da comunidade escolar.

Já na questão da aceitação de mudanças entre gestores, docentes e pais não se trata de algo tão simples assim. Aceitar críticas, ouvir conselhos, admitir o erro, pensar em formas diferentes de agir, perder o controle absoluto da situação, não poder simplesmente “gritar e resolver um conflito”, não são ações tão fáceis quanto parecem. Muitas vezes, o que pudemos perceber, durante as observações realizadas nesta pesquisa, no que diz respeito aos pais é que talvez por fazerem parte de uma geração que muitas vezes foi excluída da escola e de participar nas mais diversas áreas (no que diz respeito a toda a prática social), em uma geração que não foi também criada dentro deste ambiente de aprendizagem, muitas vezes eles não dão valor à escola, não fazem questão da presença de seus filhos nesse ambiente, não valorizam tudo que vem sendo feito por parte da equipe escolar e muitas vezes não sabem e nem querem tomar conhecimento dos problemas, decisões, projetos

e trabalhos desenvolvidos na Unidade Escolar em que seus filhos fazem parte. Estes filhos, por sua vez, ao sentirem-se inseridos nesse processo de descentralização e participação, relataram por vezes, vergonha das atitudes de seus pais.

Estes resultados puderam ser nitidamente percebidos em entrevistas feitas pelas crianças com suas famílias, nas conversas com os alunos em sala e, posteriormente, na participação dos pais em reuniões.

Não podemos, diante destes dados, generalizar a situação e dizer que o trabalho foi perdido, pelo contrário, acreditamos que tivemos, nesse processo, mais resultados positivos que negativos, pois a maioria dos pais, professores, funcionários e gestores que participaram ativamente mostraram-se realmente modificados pelo processo e puderam testemunhar aos outros a coleta dos bons frutos. Luce e Medeiros (2006, p.35) discorrem sobre isto:

*Algumas ferramentas são necessárias para que esse processo aconteça nas escolas. Alguns exemplos deles são as assembleias, conselhos escolares, grêmios estudantis, etc. Estes devem estar bem definidos em suas funções e seus objetivos, e o que é importante ressaltar é que, para que sejam realmente eficazes, eles devem ser inseridos na vida da escola, não dependendo apenas de “boa vontade” de um ou outro agente escolar, portanto, inserido desde seus projetos políticos pedagógicos para que não se percam.*

Nesta pesquisa, apesar da importância das demais instâncias de participação escolares, focamos na constituição e fortalecimento das assembleias escolares, processo mais bem discutido na sequência.

## A ASSEMBLEIA COMO INSTRUMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO NA UNIDADE ESCOLAR

As constituições dos espaços de participação das assembleias não aconteciam ao mesmo tempo. Inicialmente, o trabalho se deu nas salas de aula. Somente posteriormente, com repercussão do trabalho realizado no âmbito da sala de aula, é que as demais assembleias se

constituíram.

Os desafios não foram poucos. Será mesmo possível o processo de democratização, protagonismo e descentralização em escolas públicas que obedecem e seguem um esquema, um modelo pré-estabelecido, um padrão ditado de um poder que vem “de cima para baixo”?

Puig, Martín, Escardibul e Novella (2000, p.25), em seu livro Democracia e participação escolar fala que, embora o termo democracia nos sirva para compreendermos um modelo ilusório, que idealizamos para nossas relações políticas, ele não se encaixa perfeitamente para definirmos igualmente esse processo na escola, nas famílias ou em outras instituições particularmente regidas por pessoas com objetivos e interesses diferentes. Ele ainda complementa que: Essas instituições foram pensadas para satisfazer algumas necessidades humanas que, de maneira inevitável, implicam a ação de sujeitos com capacidades, papéis e responsabilidades muito diferentes. São alheios à ideia de participação igualitária. Os pais e as mães têm um papel assimétrico com respeito aos filhos e às filhas, da mesma maneira que os professores e as professoras o têm com respeito aos seus alunos e às suas alunas, ou os médicos e as médicas com respeito aos seus pacientes e às suas pacientes. É nesse sentido que dissemos que para essas instituições não serve o qualificativo de democráticas, pois não são horizontais nem igualitária. Porém, este autor, neste mesmo livro, admite que possam existir escolas mais democráticas desde que se consiga uma simetria, um equilíbrio entre os papéis de professores, alunos e gestores.

Um eixo muito valorizado por esta pesquisa, nosso objeto de estudo foi o de democratização das relações interpessoais. Esta foi a melhor forma que a equipe da unidade escolar estudada encontrou para efetivar a participação e incentivar as inter-relações entre professores e alunos da unidade escolar que passava por sérios conflitos, construindo regras e enfrentando os problemas.

Puig, Martín, Escardibul e Novella (2000, p.162), afirmam que:

As assembleias são o momento institucional da palavra e do diálogo. O momento em que o coletivo se reúne para refletir, para tomar consciência de si mesmo e para transformar tudo aquilo que os seus membros consideram oportuno. É um momento organizado para que alunos e alunas, professores, professoras possam falar de tudo que lhes pareça pertinente para melhorar o trabalho e a convivência escolar.

Isto posto, consideramos que o espaço das assembleias não é meramente voltado para resolução de conflitos, pois assim, nunca poderia ser voltado a algo prazeroso. Neste, portanto, também deve se falar das coisas positivas, de felicitar as conquistas individuais ou coletivas pensando em projetos futuros da turma. Ainda em acordo com esse pensamento, diante de uma realidade conturbada que a escola atravessava iniciou-se o trabalho com as assembleias de onde pudemos colher bons resultados e ter a convicção de que é possível, mas nada simples, a implantação e o real funcionamento de uma escola democrática em uma prática de descentralização do poder na gestão escola.

Nossos objetivos eram claros: incentivar a participação das pessoas nesse ambiente e democratizar as tomadas de decisões, melhorando assim a convivência, o respeito e todas as questões que envolviam as relações interpessoais com a finalidade de promover a participação das crianças e demais personagens envolvidos neste local, assim incentivar a descentralização do poder que antes era somente exercido pela direção.

No início, o que pudemos perceber foi que nem todos os professores da unidade escolar mostravam-se favoráveis às mudanças e principalmente ao protagonismo de alunos e pais nas tomadas de decisões na escola. De dezesseis professores, que fazem parte da equipe docente da escola, quatro mostram-se contrários, cinco “abraçaram a ideia” e o restante não mostrou nenhum tipo de rejeição, mas precisava de resultados para acreditarem.

Tratou-se então de um “convencimento”, através de estudos em HTPCs, de pôr à prova, tornar realidade tudo aquilo que se vinha sendo discutido e estudado desde o início do projeto.

O convencimento, não somente do corpo docente, mas, principalmente da parte gestora e dos demais funcionários, aqueles que não acreditavam no poder da oportunidade, da participação e do protagonismo. Que precisavam presenciar situações que os fizessem crer que tudo seria possível. Por este motivo o trabalho dentro da sala de aula corria paralelamente com tudo isso.

Conforme as ações aconteciam e os resultados tornavam-se positivos, podíamos observar que o posicionamento de muitos profissionais modificou, houve então um maior respeito por tudo que acontecia naquela Unidade Escolar e paralelamente uma melhora das relações pessoais. Como primeiro passo da investigação, (no

segundo semestre de 2011), a observação voltou-se para as discussões quanto aos processos de aprendizagem e de formação democrática que os docentes julgavam falhos na unidade escolar observada, vivenciando discussões constantes sobre o mesmo assunto. Nessa etapa ficou claro que era quase unânime a opinião desses profissionais, que os métodos que a unidade escolar havia institucionalizado eram falhos. Nessas discussões em HTPC os professores citavam inclusive, o fracasso do relacionamento entre docentes, alunos, pais e equipe escolar, além da falta de confiança dos pais com o trabalho desenvolvido na escola até o momento.

Como segunda etapa foram realizadas entrevistas com parte destes profissionais da unidade escolar. As entrevistas foram escolhidas como fonte de pesquisa pelo cunho individual. Eram feitas as mesmas questões para todos os docentes, os indivíduos entrevistados colocavam de forma mais clara e detalhada suas dúvidas e suas angústias. Com esta forma de coleta, os professores pareceram relatar com sinceridade a insatisfação, assim, esta técnica foi escolhida por apresentar condições de colher dados mais reais possíveis, pois conversando com estes profissionais individualmente, os mesmos sentiam-se mais tranquilos para desabafarem suas angústias.

Como roteiro das entrevistas foram abordadas questões como:

- Qual seu maior objetivo profissional na escola?
- Você considera sua escola eficaz?
- Acha que a escola cumpre de forma satisfatória seu real papel?
- Você considera sua escola democrática?
- Você acredita que uma escola democrática seja eficaz e possível?
- O que você julga como eficaz na formação da democracia dentro da escola?

Através desses questionamentos foi possível observar que o que os afligia era a falta de participação dos alunos nas decisões da escola e a falta de responsabilidade dos mesmos nesse espaço. Um educador relatou:

*“Eles ganham tudo pronto, desde os materiais até as regras e nada aqui é valorizado”.*

A questão da liberdade e responsabilidade (questões que se pode dizer são polos opostos da mesma unidade) foram então colocadas em pauta. Logo, o próximo passo foi levar à discussão entre os professores, em HTPC o exemplo de uma sala de quinto ano onde havia sido implantado um processo de discussões diárias, discutindo a possibilidade da criação de um grêmio estudantil ou da implantação das assembleias escolares.

Esta sala em questão tratavam-se de alunos selecionados pela grande dificuldade de aprendizagem, com idade avançada para série, baixa autoestima, extremamente agressivos e desacreditados em suas capacidades de aprender, tanto por parte de professores anteriores, como por toda situação familiar- social que vivenciam.

O grupo de docentes, junto com a equipe pedagógica da escola, debruçou-se então nos estudos sobre as assembleias que traduziam os anseios desses profissionais, o que não era unânime, pois alguns dos mesmos julgaram de início algo irreal e não eficaz. Estes estudos iniciais foram realizados duas vezes por semana em horários de HTPC.

Em comum acordo, o grupo decidiu que somente o estudo entre professores e equipe pedagógica não seria mesmo eficaz, tornava-se necessário o entendimento e a participação de todos, que de algum modo pudessem abraçar a causa, portanto, em reuniões coletivas, o assunto foi abordado e discutido com toda equipe administrativa, funcionários da unidade, onde fora apresentado o vídeo sobre assembleias, realizadas leituras e discussões sobre toda a construção desse processo. A proposta acabou, assim, repercutindo para muito além do que se previa.

Nesse ponto seria necessário que todos os envolvidos estivessem conscientes de seus papéis e que soubessem o quão complexo seria este trabalho e que envolveriam mudanças em todo âmbito escolar. Assim, à luz e com a ajuda dos estudos de Ulisses Araújo (2008) que afirma importância da educação baseada em propostas de resolução de conflitos, em busca de melhorar o convívio social e criar bases para construção de uma sociedade mais justa, democrática e sensível em relação às relações humanas, surgiu a proposta do estudo das assembleias escolares que foram institucionalizadas nesta EMEIF no início do ano 2012 (dois mil e doze).

Ainda de acordo com Puig, Martín, Escardibul e Novella (2000, p. 123), todo esse trabalho seria somente

uma ferramenta que possibilita o acontecimento de todas as mudanças necessárias implantadas e institucionalizadas na unidade escolar, o processo de democratização escolar vem questionar a importância dessa consciência não só dos alunos bem como de toda equipe, pais e pessoas que se envolveram durante o processo.

Ao final deste ano letivo, por meio dessa ferramenta, foi possível observar, perceptivelmente, os resultados positivos. Em momentos de reuniões ou de estudos, professores e funcionários declaravam a satisfação, até mesmo aqueles que antes mostraram-se contrários a todo esse trabalho:

Professor A: *“As assembleias nos ajudaram a aprender a ouvir às críticas e não as ter como pessoais e sim como algo para um crescimento de nossa escola”;*

Professor B: *“Com as assembleias aprendi a respeitar a opinião do outro e aprender a ouvir”;*

Professor C: *“Esse projeto me ensinou a respeitar os meus alunos e valorizar aquilo que podem me trazer”;*

Professor D: *“Eu não acreditava que as crianças pudessem se tornar responsáveis, mas depois das assembleias de classe pude ver antes da minha aposentadoria que meus alunos também são capazes de cuidar da nossa escola”;*

Ainda professor B: *“Nós pudemos ver que nossos alunos são capazes de ter ideias criativas para resolver os problemas da escola e também responsabilidade de as colocar em prática e cobrar dos colegas para que elas funcionassem”;*

Inspetor A: *“Nem todas as ideias eram imediatamente a resolução dos problemas, mas assim podemos pensar juntos como resolvê-los”;*

Secretária: *“Trabalhei em muitas escolas e nunca pude ver alunos resolvendo os problemas da escola e sendo ouvidos”;*

Servente A: *“Eu não vejo só a mudança dos alunos não, vejo a dos adultos também, trabalhei em muitos lugares como servente e em nenhum eu pude colocar minha opinião, ficava no meu canto e obedecia ao que era falado, agora eu posso falar”;*

Observamos com o passar do tempo que, à medida que os adultos viam as crianças tornando-se responsáveis pela escola, sentiam-se também mais cobrados, percebiam que tinham de dar exemplo, pois agora, as crianças entendiam e praticavam o respeito dentro da escola. As responsabilidades precisavam ser mútuas ou tudo aquilo que estava acontecendo não funcionaria. Quanto aos alunos, observamos que eles passaram a acreditar que suas opiniões tinham valor.

Conforme o passar dos trabalhos, vimos que não tinham mais medo de se expor, nem medo que os colegas caçoassem de algo que seria falado.

*A relação entre alunos e professores ficou mais fortalecida, pois eles percebiam que os mesmos respeitavam também o que tinham para falar. A melhora no comportamento foi, assim, claramente perceptível e pudemos observar o quanto o autoritarismo fazia mal para todos que conviviam naquele ambiente. Os conflitos continuaram existindo, seria aqui mentira dizer que tudo foi solucionado “como num passe de mágica”, mas essa forma de resolvê-los era muito mais eficaz e muito mais ética e isto foi sentido e dito por vários (quase todos) os lados envolvidos.*

Da mesma forma muito difícil seria descrever aqui todas as mudanças decorrentes deste processo democrático, mas ressaltamos algumas questões: as crianças passaram a se respeitar mais, saíam de forma organizada para os horários de almoço, lanche entre outros (e isto foi colocado por eles como insatisfação nas assembleias), pararam com as pichações nos banheiros, tomavam agora mais cuidado com a sujeira na classe em respeito às funcionárias da limpeza e com a produção desnecessária de lixo.

Sonharam, pensaram e organizaram primeira feira das ciências da escola, discutiram melhor organização para os horários de saída, fizeram campanhas contra o bullying e contra o desrespeito que estava acontecendo nos ônibus escolares, criaram os guardiões (se tratavam de dois representantes por semana de sala que auxiliavam os inspetores e cuidavam de nossos jardins e hortas). Todas essas, entre outras ideias surgiram de discussões em reuniões de assembleias de classe ou assembleias gerais, foram acatadas após um consenso comum e quando não davam certo, tornavam a ser discutidas e repensadas.

Outro ponto importante, foi o de pais que realmente estiveram presentes e participaram de todo processo. Tivemos relatos em assembleias de pais onde afirmavam que após esse trabalho seus filhos estavam mais respeitosos também em casa, alguns disseram mesmo que os filhos pediam assembleias em casa e outros relataram que quando

o filho falava da escola, após o trabalho com as assembleias, se dirigia de forma mais amorosa e que até passaram a gostar mais de frequentar as aulas após esse trabalho.

Ouvimos de nossos pais que o diálogo implementado por esse trabalho na escola não era na maioria dos lares coisa comum, que mal os pais conversavam com os filhos e que essa questão também foi repensada por algumas famílias. Não podemos dizer que com esse trabalho tivemos a participação unânime, nem mesmo da maioria dos pais, mas daqueles que demonstraram interesse em acompanhar esse trabalho, pudemos notar o quanto passaram a valorizar tudo que vinha da escola, estes também se tornaram multiplicadores e passavam para os outros o que estava acontecendo em reuniões de pais, mesmo os pais que não participavam ativamente, escutando os relatos vindos de outros pais davam maior crédito ao que se estava sendo feito, pelo menos em sua maioria, tirando algumas tristes exceções.

*Outro resultado, também decorrente do processo de participação dos alunos, foi a melhora na aprendizagem: melhor apropriação dos conhecimentos escolares e de todo processo de relações interpessoais, também objetivo de estudo desta pesquisa é que por meio desta apropriação, pudessem se engajar de maneira mais consciente e coerente no mundo.*

A insistência em apresentar os conteúdos inseridos no currículo de aprendizagem, de tornar o estudo um hábito e de mostrar a estes alunos o valor dos estudos foi, sem dúvida, uma das questões mais importantes para que os mesmos se sentissem mais estimulados e tivessem melhorada sua autoestima, tornando-os mais seguros. Percebemos que o trabalho com o diálogo constante feito através das assembleias valorizou tudo aquilo que já tinham dentro de si. Notamos o avanço deles, por meio da apropriação de novos conhecimentos, inclusive em relação ao gosto pelos estudos.

Nos estudos de Freire (2000) podemos observar sua preocupação com esta questão:

A educadora progressista não se permite a dúvida em torno do direito, de um lado, que os meninos e as meninas do povo, têm de saber a mesma matemática, a mesma física, a mesma biologia que os meninos e as meninas das “zonas felizes” da cidade aprendem, mas, de outro, jamais aceita que o ensino de não importa qual conteúdo

possa dar-se alheado da análise crítica de como funciona a sociedade. (Freire, 2000, p. 22)

Essa afirmação de Freire reafirma o compromisso ético e político da educação com a justiça social. Ao defender o direito de todos os estudantes ao conhecimento científico e acadêmico de qualidade, ele também alerta para a necessidade de que esse ensino esteja comprometido com a leitura crítica da realidade. Ensinar conteúdos desconectados do contexto social perpetua desigualdades; por isso, a prática pedagógica trazendo os conteúdos necessários de uma forma transformadora precisa unir o domínio do saber à consciência crítica, permitindo que os sujeitos compreendam e intervenham no mundo em que vivem.

## A IMPLEMENTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NA UNIDADE ESCOLAR

Como supracitado, nada simples é iniciar nem tampouco dar continuidade a um trabalho de participação, democracia e descentralização de poderes em uma unidade escolar acostumada com os moldes autoritários de ensino e aprendizagem.

Para darmos início à prática com as assembleias em seus três níveis discutimos muito não só entre o grupo de docentes, mas também com toda a equipe sobre a responsabilidade que tínhamos ao trazer uma prática como essa para a escola. Era muito debatida a consciência que necessária para implementação e os cuidados, pois tratava-se de material humano em formação. Um detalhe que muito preocupava o grupo era a questão da descentralização do poder do gestor, que no caso dessa unidade escolar, tratava-se de um profissional com perfil centralizador e tradicional. O grupo demonstrava consciência que seria um trabalho árduo, mas necessário diante do histórico.

Acreditando que o ideal seria uma escola diferente, com uma gestão mais participativa, foram estudadas as ideias de Dalbério (2008 p. 3) que dizia:

O diretor não deve ser autoritário, pois, ao gestor cabe o perfil de ser democrático e, portanto, desenvolver condições de favorecer o processo democrático no cotidiano da escola. Para possuir todas essas características, o gestor deve dispor também de grande arcabouço teórico na

área da pedagogia, bem como das habilidades técnicas e políticas, que representam recursos fundamentais para se garantir uma gestão dentro de uma perspectiva democrática, da qual todos participam. Na perspectiva progressista, a participação de todos (as) e todas as tarefas são importantes e devem ser respeitadas e dignificadas, para o avanço da escola.

Durante todas as reuniões de assembleias tanto de escola, como da equipe, um ponto muito difícil para a equipe gestora foi lidar com as críticas e encará-las como algo produtivo. Observamos até mesmo que por muitas vezes, apesar de discutirmos com antecedência as regras da assembleia, estes profissionais interrompiam as falas de alunos, funcionários e docentes e tentaram impor suas opiniões, apesar de perceberem que não iam de acordo com o grupo, o que dificultou um pouco a liberdade de expressão de algumas pessoas. Mas sabíamos trata-se de um processo.

Em uma conversa com os alunos cursantes do último ano desta Unidade Escolar, prontos para ingressar na realidade das escolas estaduais, estes discutiram em assembleia a possibilidade de serem multiplicadores dessa ideia e levarem o processo para os professores que se mostrarem abertos para tal na próxima etapa de ensino. Puderam perceber que esse processo não foi importante somente para este momento em suas vidas, mas que ele deve continuar e fazer parte de sua formação, assim como ser levado à diante, para outros alunos que não tiveram oportunidade de vivenciá-lo antes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tomada de consciência e a melhora no convívio foram realmente um grande passo na construção de uma escola democrática e participativa, mas infelizmente, apesar de todos os resultados positivos encontrados com este valioso trabalho, ao final dos 18 meses de estudo, esta ação ainda não era parte do projeto político pedagógico da Unidade Escolar.

No caso desta escola, os professores que deram início ao trabalho e que lideraram todo o processo removeram-se para outras unidades do município. Mesmo após estas mudanças as assembleias fizeram parte do trabalho pedagógico da escola quatro anos após os estudos, porém com a troca da equipe gestora e nova mudança do quadro docente, sem o registro documentado no PPP, o trabalho se perdeu.

Diante de todo o processo enfrentado e todos os resultados positivos encontrados, concluímos que mesmo que

este processo não tenha sido, como no desejo destes docentes, documentado e continuado nesta Unidade Escolar, a semente foi plantada e no mínimo poderemos contar com alguns multiplicadores de ideias democráticas, crianças que mais conviveram, vivenciaram uma realidade democrática e humana de ensinar.

Percebemos então que a democratização escolar, por meio das diferentes formas de assembleias são capazes de desenvolver não só autonomia de alunos, mas de professores, professoras e funcionários que se preocupam e envolvem-se com a educação e que essa autonomia pode apontar caminhos para uma formação mais humana, prazerosa, onde todos têm direitos e reconhecem seus deveres, onde a cidadania é valorizada e vivida no dia a dia Ferreira (2000, p. 173) fala um pouco sobre a busca incessante do conhecimento emancipatório e sobre a necessidade de pensarmos em transformar nossa sociedade:

O conhecimento-emancipação é assim um processo incessante de criação de sujeitos capazes de reciprocidade, capazes diálogos de participação consciente. Urge reforçar e reconstruir incessantemente a gestão democrática da educação, em todo o amplo espaço público e educacional, comprometida com a formação de homens e mulheres competentes e capazes de construir, através da participação, sua autonomia, como seres humanos, realizados e felizes.

Com o trabalho das assembleias nesta unidade escolar de ensino fundamental I que apresenta a maioria de suas famílias com baixa renda financeira, em uma cidade que oferece a seus municípios poucas oportunidades de crescimento intelectual e cultural pudemos perceber com este trabalho, o quanto é importante formar amplamente o cidadão para ser participativo, para que ele possa escrever sua história e ter a oportunidade de mudá-la.

Pudemos presenciar o quanto é válido “plantar a sementinha” para que esta, no futuro, possa dar frutos e termos a oportunidade de ter contribuído para formação de cidadãos no mínimo mais críticos no meio em que vivem.

É importante aqui ressaltarmos o papel do professor nos processos de formação e democratização da sala de aula e a importância de sua boa formação para tanto, afinal, professor que não tem domínio dos conteúdos que leciona, dificilmente se sentirá seguro para “sair” do livro didático,

principalmente para relacionar os problemas da prática social com os conteúdos escolares, elevando a compreensão dos alunos sobre ambos. Além disso, frisamos também a importância da institucionalização desse processo, seja ele por meio de políticas públicas ou Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades escolares, pois pelo que pudemos observar, sem tudo isso estar devidamente documentado, muitos esforços serão perdidos, pois ficam dependentes da “boa vontade” de algumas pessoas e sem a garantia da continuidade, os próximos alunos estudantes até de uma mesma unidade escolar, não terão a oportunidade de vivenciarem esta mesma realidade.

Diante de tantas perguntas que tínhamos no início deste trabalho encerramos com a afirmação de que esta ferramenta é uma importante contribuição na busca da formação de uma escola mais justa e de melhor convivência. Além de ser portadora de várias possibilidades de conversas e uma aprendizagem de convívio democrático, observamos também que as assembleias podem contribuir para levar todos os envolvidos na escola questionarem quão prejudicial para todos os membros pode ser a formação de uma equipe endurecida em seus princípios e de uma gestão autoritária e centralizadora de seus poderes.

Por fim, afirmamos nossa opinião de que, para se ter uma escola de boa qualidade precisamos construir juntos conhecimentos vivos, vivenciados, dinâmicos, sem esquecer dos conhecimentos que os educandos têm para nos mostrar, mas também lhes trazendo um novo mundo, novos horizontes de conhecimentos, além de garantir os conteúdos sistematizados e atuais, garantir, também, a formação política, a consciência desses novos cidadãos em formação. É importante formarmos cidadãos livres, capazes de transformar o mundo onde vivem, para tanto eles devem ser protagonistas de suas realizações e das resoluções de seus conflitos desde sua formação para que isso fique incutido em seus valores e possa transformá-los.

A educação é algo pelo qual sem dúvida devemos lutar, não só pelo futuro desses alunos, mas para o futuro de uma nação mais justa e de paz.

Lamb (2023, p. 5) relata que, em um modelo democrático, “as assembleias... são o espaço da participação democrática como direito” e que “são deliberativas e impactam o orçamento, o currículo, a cultura”.

*ESSAS PRÁTICAS MOSTRAM COMO AS  
ASSEMBLEIAS – QUANDO INSTITUCIONAIS –  
FORTALECEM O PROTAGONISMO ESTUDANTIL E  
A GESTÃO COLABORATIVA DA ESCOLA.*

Dessa forma, mesmo considerando que a prática analisada foi implementada há mais de uma década, o tema permanece relevante no campo educacional. A permanência dessa problemática ao longo do tempo evidencia sua complexidade e atualidade, uma vez que os desafios enfrentados continuam presentes nas salas de aula contemporâneas. Assim, os resultados obtidos neste estudo podem contribuir para a compreensão e a abordagem de situações similares, oferecendo subsídios para reflexões e práticas pedagógicas mais eficazes no contexto atual.

# REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U. Resolução de conflitos e assembleias escolares, **Cadernos de Educação** | FaE/PPGE/UFPeI | Pelotas [31]: 115 - 131, julho/dezembro 2008.

ARAÚJO, U. **Assembleia escolar: um caminho para resolução de conflitos**. Coleção Cotidiano escolar. São Paulo: Moderna, 2004.

ARAÚJO, U.; ARANTES, V. A. **Assembleias Escolares: Construindo a Democracia em Instituições de Ensino Fundamental**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/.../25/ulissesferreiraaraujot03.rt>>. (2008). Acesso em: 23 jul. 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação: Brasília, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 19 ago. 2022

BORDENAVE, J.; DIAS, E. **O que é participação**. 3. Ed, Brasiliense, São Paulo, 1985.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

DALBERIO, M. C. B. Gestão democrática e participação na escola pública popular **Revista Iberoamericana de Educación** ISSN: 1681-5653 n.º 47/3 – 25 de octubre de 2008 ED: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) Disponível em: <<http://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://rieoei.org/historico/deloslectores/2420Borges.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

FÉLIX, C. M. C.; SCHEFER, M. C. A Gestão Democrática na Escola Pública: sob as lentes das leis nacionais. **Revista Práxis**, v. 2, p. 4–17, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.25112/rpr.v2.2936>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão Democrática da Educação para uma Formação Humana: conceitos e possibilidades**. Brasília, v. 17, n. 72, p. 167-177, fev. / jun. 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa Editora: Paz e Terra. 1992.

FREIRE, P. **Política e educação**, 5. ed., Ed Cortez, São Paulo, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação**. Apres. Ana Maria Araújo Freire e Prefácio de Balduino A. Andreola. SP: UNESP, 2000, p. 43.

FONSECA, D. M. da. Gestão e educação. In: FONSECA, Dirce Mendes da. **Administração educacional: um compromisso democrático**. Campinas: Papiros, 1994.

LAMB, J. M. Declarações em entrevista sobre práticas democráticas escolares. In: “**No cruzamento da escola pública com a democracia existe sempre uma educadora**”, Disponível em: <<https://seer.unisc.br/index.php/reflex/article/view/18767>>. Acesso em: 05 jun. 2025.

LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. de. Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências. IN: LUCE, Maria Beatriz. MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de (org.). **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

MARIETTO, M. L. Observação Participante E Não Participante: Contextualização Teórica E Sugestão De Roteiro Para Aplicação Dos Métodos. **Revista Ibero-americana De Estratégia** 17.4 (2018): 5-18. Web Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3312/331259758002/html/>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MARTINS, L. L. **Movimento estudantil e democracia: trajetórias de luta na educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2009.

MEC. **GUIA PARA GESTORES ESCOLARES**: Orientações para formação continuada e revisão do Projeto Pedagógico à luz dos novos currículos. Brasília, 2019. Disponível em: <[https://undime.org.br/uploads/documentos/phpxSmjJl\\_5df923f8969f1.pdf](https://undime.org.br/uploads/documentos/phpxSmjJl_5df923f8969f1.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2022.

PARO, V. H. Autonomia Do Educando Na Escola Fundamental: Um Tema Negligenciado Student's Autonomy in the Elementary School: A Neglected Issue. **Educar Em Revista** 41 (2011): 197-213, 2013. Web. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/DD7SVwjTwzqRMxvBvV7kXQS/?format=pdf>>. Acesso em: 09 out. 2012.

PUIG, J. M.; MARTÍN, X.; ESCARDIBUL, S.; NOVELLA, A. M. **Democracia e participação escolar: propostas de atividades**. São Paulo: Moderna, 2000.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia - polêmicas do nosso tempo**. 32 ed. Ed. Autores Associados, 1999.

SOUSA SANTOS, B. de. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. **Educação & Realidade**, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 2001. v. 26, n. 1, p. 13–32. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/230918>>. Acesso em: 05 set. 2012.